

A “TENSÃO” COMO UM OPERADOR HERMENÊUTICO PARA UMA RACIONALIDADE POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Geraldo Adriano E. Pereira (PUCMG)

E-mail: geralemery@hotmail.com

Resumo: a investigação arendtiana, com seu modo *sui generis* de tematizar a política e apontar para as perplexidades do político, exige dos nossos olhos uma percepção de sua lógica investigativa. A esta lógica estamos chamando de ‘tensão’, um operador hermenêutico que nos auxilia na compreensão de uma racionalidade política em sua obra, sendo um presente em suas diversas formas de abordagem da política.

Palavras-chave: tensão, política, racionalidade, juízo.

INTRODUÇÃO

Na leitura do trabalho intelectual de Hannah Arendt, nos debates e círculos de discussão em torno de suas análises políticas, podemos verificar que, do ponto de vista da tradição de uma metodologia em termos de história da filosofia, até mesmo por parte da teoria política, seu pensamento costuma ser “classificado” como nostálgico¹. Os mais radicais chegam a lançar ao vento a afirmação da ausência de cientificidade.

Entretanto, o nosso objetivo é mostrar que o pensamento político arendtiano articula-se em torno de uma outra lógica, uma “lógica tensa”, e essa tem como fundamento a compreensão arendtiana da temporalidade. Dentro desta perspectiva,

é possível visualizar uma razoabilidade nas interações conceituais da autora, bem como apontar para uma proposta pertinente de uma “*racionalidade*” política indicada pela faculdade do juízo, de modo que as inconclusas articulações referentes à faculdade do juízo aprofundem sua consistência em torno deste operador hermenêutico: uma “*lógica tensa*”.

Enfim, entender o “*político*” em Arendt significa estar disposto a ir além do mero pragmatismo das estratégias de alcance do poder, mas é estar atento ao “*que é sendo*”, “*ao que foi*” e ao “*que é imprevisivelmente possível ser*”. Uma “*lógica tensa*”, temporal, que dá dinamismo ao seu pensamento, que precisamente se detêm na imprecisão, nas complexidades e no que humanamente há de excessivo na política. Assim, a possibilidade de uma outra lógica para uma outra racionalidade.

Nossa argumentação então passa sumariamente por três indicativos que são:

- a) Uma compreensão de temporalidade (sua importância como indicadora de uma “*lógica tensa*” argumentativa)
- b) A atenção política para com o particular (as sinalizações do operador hermenêutico)
- c) A relação filosofia e política (as possibilidades abertas por essas articulações)

UMA COMPREENSÃO DE TEMPORALIDADE

Ao falarmos da temporalidade no pensamento de Hannah Arendt como um momento teórico indicador de uma dinâmica peculiar, em termos políticos, podemos partir da compreensão lacunar de tempo que perpassa sua obra. Contudo, também como uma articulação que se posta na circunstancialidade do fio rompido da tradição².

Não é segredo para ninguém o fato de essa tradição ter-se esgarçado cada vez mais à medida que a época moderna progrediu. Quando afinal, rompeu-se o fio da tradição, a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma condição peculiar unicamente à atividade do pensamento e adstrita, enquanto experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar uma concepção primordial. (ARENDR, 2003, p. 40)

Esta condição esboçada por Arendt, ao nosso ver, indica uma situação onde não há mais uma estabilidade fruto de uma transmissão nem tampouco uma transmissão que se sustente pelo peso da autoridade. Na compreensão temporal de Arendt, o que há são justamente essas possibilidades dessa condição lacunar do tempo e, em especial, esta condição que é de algum modo uma expressão humana do tempo, este estar entre o passado e o futuro e, neste espaço, **humanamente marcar a temporalidade**. “*Suspeito que essa lacuna não seja um fenômeno moderno, e talvez nem mesmo um dado histórico, e sim coeva da existência do homem sobre a terra*” (ARENDR, 2003, p. 38).

Algo próprio do modo humano de existir, entretanto, uma “*Existenz*” que borda tanto uma tensão existencial, ao nosso ver, entre um existir único (individual) como um existir coletivo; a categoria dessa “*Existenz*” é a natalidade. Um modo impactante de lidar com esse fio rompido da tradição e no caso um rompimento com a metafísica. “(...) a natalidade, e não a mortalidade, pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico” (ARENDR, 1997, p. 17).

Então, quando propomos ver na temporalidade um indicativo de tensão no pensamento arendtiano, ou um articulador de uma “*lógica tensa*”, vemos também que é um elemento fundamental para a construção de uma racionalidade política em seu pensamento. Pois identificamos uma temporalidade que prima por uma indeterminação, pela saída de uma historicidade lógica, causal e até certo ponto previsível. Falar de uma temporalidade lacunar é expressar um modo que aponte

para uma imprevisibilidade temporal. Imprevisibilidade que é um fator essencial para a racionalidade política³ que vemos projetada na obra arendtiana. Assim, é importante uma outra lógica que torne razoável sua interação conceitual, tendo em mira uma imprevisibilidade também exposta pela categoria - que se mostra do mesmo modo importante e distintiva da racionalidade política - que é a natalidade, o ser um novo *initium*, seguindo arendtianamente as trilhas de uma reflexão agostiniana (ARENDDT, 1997, p. 190).

Este pequeno espaço intemporal no âmago mesmo do tempo, ao contrário do mundo e da cultura em que nascemos, não pode ser herdado e recebido do passado, mas apenas indicado; cada nova geração, e na verdade cada novo ser humano, inserindo-se entre um passado infinito e um futuro infinito, deve descobri-lo e, laboriosamente, pavimentá-lo de novo. (ARENDDT, 2003, p. 140)

A expressão “passado infinito”, “bem como futuro infinito”, dão o tom do que identificamos como elemento indicativo de tensão. Uma absoluta indeterminação, a ausência de um sentido absoluto pré-estabelecido, a falta de um significado pré-dado, uma plena abertura, isto entendemos por tensão (ao nível de um operador hermenêutico para ler a obra política arendtiana), até mesmo sobre um passado, há possibilidade de uma novidade. Não há uma eternidade, uma perenidade estabilizadora; a essa situação, entendida e moldada dentro desta estrutura de tempo lacunar, estamos identificando como tensão, ou a possibilidade de uma outra “lógica” - uma “lógica tensa” -, que abre perspectivas para além do mero pragmatismo que ronda a política contemporânea e implode ou explode o sistema democrático.

A questão que desponta e aponta para o juízo é: Como “*estar à vontade*” num mundo de imprevisibilidade? O mero pragmatismo político dá conta da liberdade, da diferença? Como suportar, neste caso, o peso da liberdade, da complexidade? Em nosso entender, articular uma racionalidade política,

em termos arendtianos, implica em estar apto a se mover nesta “imprevisibilidade”, a extrair vitalidade da liberdade e não pragmaticamente negá-la ou sutilmente explodi-la sob o pretexto de um sistema de necessidade (BENHABIB, 1990, p. 169)⁴.

A ATENÇÃO POLÍTICA PARA COM O PARTICULAR

A atenção política para com o particular vai delineando mais uma dimensão que evidencia o que estamos chamando de tensão ou a possibilidade de uma “*lógica tensa*” (o perfil esboçado pela exclusividade das necessidades submete o particular e suas possibilidades à mesmice das massas, um outro sempre o mesmo). Afinal, de algum modo, voltar-se para o particular sinaliza para um mirar o olhar não para uma totalidade estabilizadora, um todo ordenador, significativo ou para uma totalidade metafísica. Pôr-se, com atenção, diante do particular implica um sair da segurança metafísica, do sentido determinado, do significado pré-estabelecido, da unicidade da medida absoluta. Com isso, o particular é uma expressão que se coloca junto à categoria já anunciada de natalidade. O particular é uma novidade e é manifestação da imprevisibilidade das coisas humanas, o tempo humano, como já fora anunciado, pelo menos, como Arendt o vem compreendendo, é um tempo lacunar, uma lacuna que recebe a novidade que são os novos nascimentos, particulares.

A articulação dos fatos, na perspectiva política de Hannah Arendt, ordena-se nesta ótica, isto é, de algo que rompe a cadeia causal, não se vincula a uma lógica previsível, extrapola a previsibilidade, ou seja, uma expressão fática de uma temporalidade lacunar (tempo humano). Então, quando vemos Arendt debruçada sobre um fato, não é uma “*historiadora*” que descreve e recompõe, na ordem cronológica os fatos, mas a “*filósofa*” que “*narra*” os eventos nas possibilidades que a narrativa lhe possibilita, isto é, trata o excessivo do evento que a lógica

causal não absorve. Narrar, nestes termos, é um outro modo de exercício de pensamento voltado a compreender, fora de uma recomposição cronológica, causal, fora dos cânones da tradição. Assim, como compreender o particular, o evento ou o momento sem necessariamente subsumi-lo a uma teleologia histórica? Novamente, o que visualizamos é uma condição de tensão (uma racionalidade que queira compreender isto requer uma “*lógica tensa*”). Comentando sobre a filosofia da “*Existenz*”, nossa autora põe em evidência não só o ponto de vista dos autores objetos do referido comentário, mas também acaba por esboçar sua leitura deste problema e indica como isto se verá presente em sua obra:

Conquanto se possa interpretar esse desabrigo sociológico ou psicologicamente, sua base filosófica reside no fato de que embora o contexto funcional do mundo; no qual eu também estou envolvido, possa sempre justificar e explicar que existam, por exemplo, mesas e cadeiras em geral, ele nunca pode me fazer apreender conceitualmente que esta mesa é. E é a existência desta mesa, independentemente das mesas em geral, que produz o abalo filosófico. (ARENDDT, 1993, p. 16)

Compreender a história, nos termos temporais tratados aqui, implica em tocar uma historicidade que não é uma leitura total que dissolve a complexidade e densidade dos eventos particulares, vendo-os sob a ótica de um fecho histórico, de um sentido pré-determinado, e subsumindo o particular no geral. No caso de Arendt, o particular, *o momento*, tem seu próprio brilho, emana seu próprio sentido. É a essas novas realidades, possibilidades que estamos visualizando sob o foco hermenêutico de *tensão* ou mais precisamente de uma *lógica tensa*. O lidar com os eventos, mesmo ao modo da *Ave de Minerna*, vendo-os no crepúsculo do dia, implica em uma nova percepção deles, e isto é possível diante dessa nova condição conceitual, tensa, geradora de *tensão*, porém *tensão vital* para uma possível racionalidade política. Comentando Walter Benjamim, Arendt assim se refere:

(...) era uma admissão implícita de que o passado *só falava diretamente através de coisas que não haviam se transmitido*, cuja aparente proximidade do presente se devia, pois, precisamente ao seu caráter exótico, que excluía qualquer reivindicação de autoridade obrigatória (...). (ARENDT, 1987, p. 167, grifo meu)

E assim recortar, deslocar, individualizar ou particularizar o fato, os eventos se mostrando como princípios metodológicos ou procedimentais das análises arendtianas e que tem em si marcas da influência de Walter Benjamim

(...) O trabalho principal consistia em arrancar fragmentos do seu contexto e dispô-los novamente de modo tal que se ilustrassem reciprocamente e pudessem provar sua *raison d’être* num estado, por assim dizer, de livre flutuação. (ARENDT, 1987, p. 173)

Dentro desse plano teórico, podemos cuidadosamente dizer, com Arendt seguindo Benjamim, que originalidade é uma categoria que acompanha o que estamos chamando de racionalidade política. De modo que a análise, interpretação e até uma hermenêutica da política não pressupõem aqui uma adequação a padrões ou a modelos que se sustentam pela autoridade, mas aqui é a originalidade (Cf. ARENDT, 1987, p. 170) marca da ação, dos negócios humanos, da política vista no horizonte da liberdade ou marca da natalidade como categoria fundamental. Com a palavra, Hannah Arendt: *“tudo isto que nós sabemos do totalitarismo prova uma originalidade num horror que nenhum paralelo histórico aproximativo nos permite atenuar”* ... (Cf. ARENDT, 1980, p. 68).

Enfim, originalidade, particulares, desconexão ou até mesmo a evasão de visões totais despontam como posicionamentos fortes para a construção de uma racionalidade política, que se localiza dentro da indicação hermenêutica e de uma outra “lógica” que estamos apontando como “*tensão*”. Nesse intuito, podemos abrir um espaço para se falar de uma racionalidade política apta para abordar essa “originalidade”, para

estar nesta condição aberta pela temporalidade lacunar que chamamos de “tensão”.

A RELAÇÃO POLÍTICA E FILOSOFIA

Tornar legítima nossa afirmação de que há um operador hermenêutico nomeado tenso que é vital para o pensamento político arendtiano passa também de algum modo pela relação, diria, tensa, mas importante entre filosofia e política (relação que abriga a peculiaridade da compreensão arendtina de política). Uma interação bastante significativa que mereceu de Arendt um texto exclusivo dedicado a este tema, sendo também um assunto recorrente em vários outros momentos de sua obra.

Quando se refere a si mesma, Hannah Arendt não se apresenta como filósofa, mas como teórica da política. Considerar esse modo de se auto-compreender assinala para um tipo de saída da tradição. De algum modo, pelo menos aparentemente, visualizamos isto em Arendt. Ser filósofo(a) talvez indicasse uma apego à metafísica; ou a um modo de compreensão que não tomasse como importante a pluralidade, ou a contingência própria dos negócios humanos, isto é, do particular. É sugestivo pensar que a filosofia ou o modo de filosofar inaugurado pela fenomenologia de Husserl e, posteriormente, as diversas correntes e modos de filosofar que sucederam o grande fenomenólogo, tenha se voltado para o particular, para a contingência ou para o “*absurdo*”, mas, pelo que notamos, politicamente, para Arendt, tais posturas ainda não eram suficientes, digo mais, um traço de inabilidade para a política ainda era acusado pela autora. A história lhe conduziu a trágicas experiências filo-políticas. O grande filósofo, Heidegger, é um indicativo de sua experiência.

O fato é que ainda, nesse conflito, filosofia e política, em tensão, se sustentam. Há um indicativo da importância da

filosofia para a política e vice versa; a luz para esta constatação é a verificação da possibilidade, presente, do “*thoughtlessness*” ou o vazio de pensamento, uma constatação a partir do caso Eichmann.

Tais verificações nos levam a pensar em algumas implicações “*morais*” para a política nessa relação que analisamos. Entretanto, pensar uma moral que não se pautem num modelo metafísico, numa adequação a um padrão extra-humano, talvez, nesses termos, possa-se reaproximar ética e política, contudo, numa proposta de articulação “*não metafísica*”. Nisto, pensar uma “*moral*” como “*ethos*”, isto é, um estar “*à vontade*” no mundo humano, num contexto de contingência, de “*imprevisibilidade*”. Quando nossa “*filósofa*” aborda essa relação, seu modelo geralmente é Sócrates, contrapondo-se à desconfiança de Platão aos negócios humanos. Sócrates mostra-se como o filósofo “*engajado*”, no sentido de permanecer na cidade, de estar na praça pública, de abordar a *opinião qua opinião*. O que Arendt vê na postura socrática não é um buscar a verdade eterna, dita filosófica, mas a verdade da opinião (um mover-se na contingência), o preservar a habilidade para se mover no “*entre homens*”.

Sócrates, que recusou cargos públicos e honra, nunca se retirou para o interior de sua vida privada, mas ao contrário, transitava na praça pública, em meio às várias opiniões, aquelas opiniões. O que mais tarde Platão chamou de *dialegethai*, Sócrates por si mesmo chamou de maieutica, a arte da parteira: ele queria ajudar os outros a dar a luz ao que eles por si mesmos de algum modo pensavam, para encontrar a verdade em sua doxa.⁵ (ARENDDT, 1990, p. 81, tradução minha)

O fato é que a relação política e filosofia proposta por Arendt, diferentemente da tradição metafísica de buscar uma verdade absoluta, busca a verdade da opinião. Mantém-se conectada com os negócios humanos, com a contingência própria destes ambientes. O pensar, uma preocupação constante

da filosofia e, por hora, do filósofo, aparece envolto por uma aura “moral” e pela importância de se manter a diferença entre essas duas instâncias (filosofia e política). A situação indicada exige um mediar a relação. É nesse espaço que visualizamos o papel da faculdade do juízo, que liga a atividade do pensar à ação (dá visibilidade ao invisível). Uma função mediadora, que retoma em linguagem moderna ou “*pós-moderna*” alguns elementos do procedimento socrático para o estar do filósofo na polis.

Assim, diante da perplexidade do *thoughtlessness*, surge a possibilidade de aproximar pensamento e ação ou como mover-se no “vazio” metafísico. A constatação do momento de massificação e, em algumas circunstâncias, do fatídico vazio de pensamento, abre espaço para a articulação que vemos em Arendt, nisto podendo trazer ganhos para a coisa pública. Digo mais, diante da diversidade, dos riscos da absoluta novidade, iluminar a opinião certa. Não esquecendo que a opinião não é como a verdade filosófica, mas é uma expressão do particular. Uma opinião certa que seguindo o particular é certa na originalidade circunstancial do fato.

Desse modo, falar de tensões é aqui sugerido como um modo que Arendt tem de afirmar a diversidade, ou a pluralidade, a imprevisibilidade desta condição. Pensar um particular e ao mesmo tempo associá-lo a um conceito de coletividade⁶, visualizar um retorno a um passado ainda novo, enfim, uma série de ambigüidades ou um modo de conceituar que não segue uma linha causal, determinista, mas se mantém tensa. Falar da “*tensão*” como uma luz hermenêutica, ou modo de ler uma filosofia política, em Arendt, é dizer que não há padrões absolutos, um sentido acabado, mas um pensamento em constante pensar, uma ação em constante atividade, uma abertura a uma outra “*lógica*” que não é causal – pelo contrário é tensa –, que sustenta uma racionalidade política peculiar, *sui generis*. E para se navegar neste suposto mar de “insegurança”, uma faculdade faz-se importante tanto para os homens de pensamento quan-

to para os homens de ação, conectando-os a dois âmbitos humanos que se “*auxilium*” pensar e agir. A faculdade do juízo. E assim, pensar uma racionalidade política nesta “*conexão*”.

Uma palavra final...sem fim... A questão a ser posta ao ensaiar um fechamento para estas breves e insuficientes linhas é: como apontar para uma racionalidade política? Para tal é conveniente sugerir as palavras de Arendt: (...) o julgar, o subproduto do efeito liberador do pensar, empresta realidade ao pensar, torna-o manifesto no mundo das aparências, no qual nunca estou sozinho e sempre ocupado demais para ser capaz de pensar. (ARENDR, 2004, p. 257)

Essas palavras supracitadas dão a entender o que estamos pensando como sendo uma racionalidade política em Hannah Arendt. De um lado, o pensamento que, ao modo socrático, analisa, questiona, põe em dúvida e nada deixa após sua atividade. O estar em-si consigo mesmo, este diálogo interior que pode refletir sobre o certo e o errado, o belo e o feio. Essa atividade, como sugere a autora, libera o juízo para que ponha o que fora analisado – no “espaço interior do invisível” – sob as luzes públicas da aparência, onde se está num entre homens. É a esta intuição final de Arendt que visualizamos como uma racionalidade política, que se constrói em torno de uma lógica tensa e apta a um mundo plural de imprevisibilidades.

O que estamos chamando de lógica tensa tem, como ponto de apoio, em nosso ver e como sugerimos nessas linhas, a condição lacunar do tempo. Essa é um modo que quebra o determinismo temporal ou extra-temporal, é uma maneira pós-metafísica de tratar antropologicamente o tempo, como nos sugere Ricoeur.

O mundo humano, seguindo as intuições arendtianas, é marcado pela imprevisibilidade, e o evento totalitário nos fez ver que tudo é possível para além dos antigos e “*beatos*” padrões do certo e do errado. Então é importante perguntar, por “*amor*” ao mundo público, como se mover, como perceber o certo e o errado na condição de homem/mulher do mundo?

Sem padrões, sem medidas exatas? É na relação pensar e julgar que percebemos, pois, uma luz sobre uma racionalidade política nos moldes aqui sugeridos. O juízo, a partir do juízo de gosto kantiano, lida com o que requer um certo consenso, porém sem ter de fato um padrão “*externo*” pré-estabelecido. Essa situação estética, em termos arendtianos, é análoga à situação política da modernidade, à ausência de padrões e à necessidade de um possível consenso. Enfim, é em torno dessas condições que vemos indicada uma possível racionalidade política ancorada numa “lógica tensa” no pensamento político arendtiano.

Abstract: The arendtian research, with its “*sui generis*” style of topicing the politics and pointing out political’s perplexities, it require our eyes one perception its researcheness logical. We are calling this logical as “*tension*”, it’s one hermeneutic conception which helps us in the comprehension of his work’s political reasonableness. It has been presented in its many political approaches.

Key words: tension, political, reasonableness, plurality

NOTAS

- 1 Cf. BENHABIB (1990, p. 168-169); RICOEUR (1995, p. 16).
- 2 Nossa hipótese não visa esboçar a ruptura, simplesmente, mas ir além, isto é, apontar a partir dessa “*lógica temporal*” que, tendo a “*tensão*” como um operador hermenêutico fundado nesta proposta de temporalidade, pode se falar em uma racionalidade política que abrigue, de forma razoável, sem contradição, “*continuação*” e “*renovação*”. Enfim, uma racionalidade política que extrai vitalidade da “*tensão*”.
- 3 A tentativa de submeter os fatos, a história e os eventos políticos a um sentido “total”, marcado por uma causalidade que visa a uma coerência histórica, deixa de lado

muitas incoerências. São essas incoerências que interessam a Arendt. A atividade de “*compreender*”, num sentido arendtiano, volta-se para essas incoerências presentes nesses particulares. Ao nosso ver, uma dimensão importante para o pensar a democracia contemporânea. “É preciso, ao contrário, compreender as mudanças, os processos e mesmo a inércia pela qual cidadãos pacíficos e instruídos puderam negar suas virtudes habituais e sustentar regimes opostos à sua própria história (...) Outros métodos e outros documentos tornam-se, portanto, necessários. O cuidado com a explicação, com o que ela supõe de objetivação, de racionalização e de busca das causalidades, perde importância em prol do trabalho de compreensão.” (ANSART, Pierre. 2004, p. 19 e 25. grifo meu).

4 BENHABIB, (1990, p. 169).

5 “Sócrates, who refused public office and honor, never retired into this private life, but on the contrary moved in the marketplace, in the very midst of these *doxai*, these opinions. What Plato later called *dialegesthai*, Socrates himself called maieutic, the art of midwifery: he wanted to help others give birth to what they themselves thought anyhow, to find the truth in their *doxa*.”

6 Cf. BENHABIB (1999, p. 78).

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. Hannah Arendt: A obscuridade dos ódios públicos. In: **A banalização da violência: a atualização do pensamento de Hannah Arendt.** Org. Duarte A., Lopreato C. e BREPHOL, M. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 17-33.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2003.

____ **A condição humana.** Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

____ Compréhension et politique. *Esprit*, juin.1980. p. 66-79

____ O que é a filosofia da existenz? In: **A dignidade da política** (org. Antônio Abranches) Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

____ **Homens em tempos sombrios.** Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

____ Philosophy and Politics. *Social Research*, vol. 57, N°. 1 (Spring 1990), p. 81.

____ Pensamento e considerações morais. In: **Responsabilidade e julgamento.** Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 226-257.

BENHABIB, Seyla. Hannah Arendt and the Redemptive Power of Narrative. **Social Research**, vol. 57, n° 1, p. 168-169, 1990.

____ Models of Public Space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the Public Sphere.** Cambridge: The Mit Press, 1999.

O'SULLIVAN, Noel. Hannah Arendt: A nostalgia helênica e a sociedade industrial. In: CRESPIGNY, Anthony. **Filosofia Política contemporânea.** 2ª Ed. Brasília: Unb, 1982.

RICOEUR, Paul. **Em torno ao político** (Da filosofia ao político). Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. Préface à Condition de l'homme moderne. In: **Lectures!**: autor du politique. Paris: Editions du Seuil, 1991.